

Dora Kramer*

Haddad está diferente

O ministro Fernando Haddad (PT) está diferente. Já faz algum tempo e foi um pouco antes da onda dos ricos contra pobres. A mudança ocorreu por ocasião da chamada crise do Pix, quando dizia que críticas ao governo equivaliam a ataques à democracia.

De início soou um tanto estranha a inflexão do discurso na boca do até então ministro que se atinha às questões da Fazenda de maneira, digamos, técnica, sem se deixar levar por emoções político/eleitorais.

Haddad representava um espaço de racionalidade no ambiente

das tensões petistas com a oposição e pagava um preço por isso no partido. Era tido quase como um quinta-coluna. Culpado pelos revezes do governo, viu-se isolado e não raro desqualificado por excessivamente comedido.

A situação o atingiu pessoalmente. No semblante, era nítido o cansaço e o desconforto. A ponto de, à época, se especular sobre sua permanência no ministério. Foi dado inclusive como excluído das possibilidades eleitorais do PT. Alguém assim, de modos tão equilibrados, não poderia almejar eventual substituição de Lula (PT) na corrida presidencial ou na disputa estadual em São Paulo.

Mas isso tudo faz tempo; Fernando Haddad mudou. Vestiu a farda de militante, adotou vocabulário de palanque e passou a se mostrar um combatente afiado dos “nós contra eles” e agora no embate com o Congresso, chamado pelo governo a fechar as contas públicas.

Antes disso seria inimaginável ouvir de Haddad, por exemplo, termos como “abanar o rabo” para dizer o que o Brasil não fará no encaminhamento da crise do tarifago

americano. Poderia expressar a ideia de altivez de outra forma, mas a escolha das palavras não se deu por acaso.

Pareceu também bem calculado o linguajar adotado na cobrança pela aprovação de novos impostos: “Precisamos cobrar de quem mora na cobertura e não quer pagar o condomínio”. Haddad voltou a ser prestigiado e defendido no PT, passou a ser visto com reservas pelos moradores da “cobertura” e está com o maior jeito de candidato.

***Jornalista e comentarista de política**

Vinícius Lummertz*

Rio, e agora, Babilônia?

O Rio de Janeiro é a cidade que mais viveu a política brasileira. Nenhum outro território concentrou tanta história, glória e trauma. O Rio foi o laboratório de todas as nossas experiências de poder, coloniais, imperiais, republicanas, populistas e democráticas.

Desde o início, foi uma terra disputada por portugueses, espanhóis, corsários ingleses e franceses. Sua baía, de beleza e importância estratégica únicas, foi o ponto de contato entre o sonho europeu e o mistério americano. Viveu as capitanias hereditárias, as lutas pela posse do território e o nascimento de uma sociedade mestiça, criativa e rebelde.

A grande virada veio em 1808, com a chegada da corte portuguesa. Nenhum outro país das Américas recebeu um império europeu inteiro. Dom João VI trouxe o poder, as instituições e a modernidade. Criou o Banco do Brasil, a Imprensa Régia, o Jardim Botânico e a Biblioteca Nacional. O Rio deixou de ser colônia para se tornar capital do Reino. Foi o primeiro salto civilizatório do país e também o primeiro trauma: o Brasil nasceu com o poder transplantado, centralizado e distante de seu próprio povo.

A cidade seria, desde então, o palco dos grandes atos da história nacional. A Independência, proclamada por Dom Pedro I; as Regências e suas revoltas; o Império e seu longo ciclo de estabilidade e desigualdade; o florescimento cultural e científico do Segundo Reinado; e, por fim, a derrocada da monarquia tropical, marcada pelo fim da escravidão e pela proclamação da República.

Mas a República nasceu, também, no Rio, e nasceu militar. Foi um golpe de quartel, uma revolução de generais, que depôs o Império e instaurou um regime civil tutelado pelas fardas. Vieram depois os ciclos oligárquicos da República “café com leite”, domínio alternado de mineiros e paulistas, até que novamente o Rio incendiasse a história com a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e encerrou a velha ordem.

O Rio foi o palco do Estado Novo, do trabalhismo, da industrialização e do drama final de Vargas, seu suicídio no Palácio do Catete, símbolo de uma política que misturava paixão e tragédia. Depois veio o Lacerdismo, expressão máxima da oratória e da teatralidade política carioca, prenúncio de uma era em que a política brasileira se transformaria em espetáculo.

Quando a capital foi transferida para Brasília, o Rio perdeu o centro do poder formal, mas manteve o da alma nacional. A cidade deixou de comandar o Estado, mas passou a comandar o imaginário. Brasília representava o poder racional e planejado; o Rio, o poder emocional e vivido. O coração político do Brasil mudou de lugar, mas a alma ficou ali, entre o Pão de Açúcar e o Corcovado.

Durante o regime militar, o Rio perdeu influência institucional, mas ganhou densidade cultural. Da resistência nasceram a bossa nova, o cinema novo, o teatro político, o jornalismo moderno e a televisão popular. O Rio tornou-se a consciência estética e moral do Brasil.

Foi também o berço de um mito urbano global: a “cidade maravilhosa”, mistura de natureza e invenção humana. Do samba ao futebol, do carnaval ao calçadão de Copacabana, o Rio transformou o cotidiano em espetáculo. Exportou alegria, corpo, ritmo e linguagem. E o Brasil aprendeu a se ver e a ser visto por meio de sua estética carioca.

Nos anos 1950 a 1980, viveu um brilho planetário. Era uma Babilônia tropical, esplendorosa e contraditória, rebelde e sensual, convivendo com o contraste entre o Cristo e o morro, o mar e a desigualdade. O Rio era o palco onde o Brasil se representava diante do mundo, exuberante e ferido, moderno e arcaico, luminoso e trágico.

Mesmo depois da decadência, o Rio manteve o dom de comover. Recebeu o planeta na Copa de 2014 e nas Olimpíadas de 2016, e mostrou que ainda sabia emocionar e celebrar. Nenhuma outra cidade do mundo, em tão pouco tempo, sediou tantos eventos planetários com tamanha energia. Mas a ressaca veio rápido: colapso fiscal, corrupção, violência, desalento. O império virou ruína, e a ruína virou espelho.

Ainda assim, o Rio não se entrega. Sua força está na cultura, no talento e na resiliência, essa capacidade rara de renascer de si mesmo. É uma cidade que cai e se ergue, que se perde e se reencontra. Como a Babilônia bíblica, é símbolo de grandeza e advertência: mostra o que o Brasil pode ser e o que o Brasil teme se tornar.

O que o Rio mostrou todos esses anos é que sempre conseguiu sair das encruzilhadas e surpreender. A Babilônia carioca sempre deu a volta por cima, até aqui, até

EDITORIAL

As ondas políticas na América do Sul

A eleição de Rodrigo Paz Peireira não marca apenas o fim da era da esquerda na Bolívia depois de 20 anos, mas também um processo eleitoral que vem sendo feito nos países da América do Sul.

Durante muito tempo, as nações sul-americanas foram dominadas pela onda da esquerda, principalmente entre os anos de 2010-2020, capitaneados pelo efeito Lula no Brasil. As ideias do bem-estar social e de um progresso social estavam mais em voga e foram difundidas pelos países. Porém, ja na virada para a década de 2020, as coisas começaram a mudar e uma ideia de conservadorismo começou a crescer, com alguns territórios, como o próprio Brasil, migrando para governos mais ao centro e à direita. Hoje, há uma divisão entre as ideologias, mas com algumas peculiaridades a serem vistas em cada nação.

Uma que faz bem esse revezamento, muito em virtude de sua constituição, que não permite reeleição, é o Chile. Desde a saída de Michelle Bachelet a esquerda não tem mais a mesma força no país. Mas ora fica se revezando o poder com a direita, como se a população também não gostasse de um governo ou de outro, querendo mudança constante de domínio político.

Para as próximas eleições, por exemplo, o grande favorito é o centro-direita José Antônio Kast, que já se candidatou à presidência nas eleições de 2017, mas não foi ao segundo turno. Sua principal adversária é a comunista Jeannette Jara, que pode ser a continuidade de um governo de esquerda, mas

num caminho um pouco mais radical ao de Gabriel Boric.

De qualquer forma, o Chile tem essa peculiaridade de trocar o governo caso não goste do estilo dele, seja de direita para a esquerda ou da esquerda para a direita. Algo que deixa o país numa dinâmica constante de poder.

Na outra ponta, tem o Peru, que não consegue se equilibrar e vai para mais uma eleição, com nenhum governante conseguindo cumprir nem metade do mandato, por questões de brigas políticas internas ou escândalos de corrupção. O país, que desde a eleição de Ollanta Humalla, em 2011, não vê um presidente cumprindo os cinco anos de forma completa. José Neri é mais um interino, que fica na cadeira e no comando do país.

Para não deixar de lado, existe a Venezuela. Não se sabe o que tem lá, se uma ditadura ou um governo tecnocrata. De qualquer forma, Nicolas Maduro se perpetua no poder como descendente de Hugo Chávez, mas acho que o ex-presidente, mesmo vivo, não iria gostar do governo do pupilo. O autoritarismo exacerbado não permite uma oposição ou mesmo uma opinião dissonante. A grande prova disso foi o Nobel da Paz a Maria Corina, que virou a voz contra Maduro e contra o poder da esquerda no país.

Se a eleição da Bolívia pode ser um exemplo no que virá ao Brasil em 2026 não se sabe, mas é um parâmetro do que está por vir nessa nova onda da direita na América do Sul, principalmente se Kast vencer no Chile.

O perigo da impulsividade

No começo da semana, um vídeo que circulou nas redes sociais surpreendeu moradores do Distrito Federal ao revelar um professor apanhando com socos do pai de uma aluna. A vítima, de 53 anos, recebeu nove socos do agressor, de 41 anos.

Nas filmagens, é possível ver que o educador somente teve tempo de tentar proteger o rosto enquanto é agredido pelo pai. E a atitude foi tão inesperada para as pessoas ao redor que quem parou o homem foi sua própria filha adolescente, que utilizou da técnica de “mata leão” – estrangulamento utilizado em artes marciais que consiste em puxar e imobilizar a pessoa por trás, pelo pescoço, utilizando o braço – para afastá-lo do professor.

O caso gerou repercussão nacional e as justificativas foram inúmeras. A agressão teria sido motivada por um desentendimento entre o professor a aluna, que a teria impedido de usar o celular em sala de aula numa situação excepcional por causa de uma deficiência de visão. O pai disse que se arrepende, mas que agiu por impulso alegando defender a filha, que supostamente teria sido xingada pelo professor.

Independentemente se o rela-

to do pai for verdadeiro, nada justifica o que foi feito. Não importa se o pai agiu por impulso, agressão é agressão. Um homem adulto, do qual se espera que tenha qualquer tipo de autocontrole físico e emocional, não pode agir como um revoltado que resolve tudo na base da violência. Não se trata de um filme genérico dos anos 1980, em que o protagonista desfere socos naqueles que ele julga estar errado. Isso é a vida real, é uma pessoa real que sofre essa violência, é a filha que fica com o constrangimento de ter que impedir o próprio pai de agir como um descontrolado.

E o pior é que não se trata de um caso isolado. Na época de festas juninas deste ano, um homem agrediu uma criança de quatro anos em uma apresentação de escola porque a criança estaria praticando bullying com seu filho. Um homem de mais de 40 anos ameaçar uma criança de quatro é algo fora do razoável. É uma onda de pais e responsáveis impulsivos, imaturos e, pela estrutura de homens adultos, violentos. E quando o seu exemplo dentro de casa é uma figura sem controle desta forma, a incerteza do que os filhos podem se tornar é grande.

Aristóteles Drummond

O Supremo Político

Virou moda aspirantes a altos cargos eletivos dizer que não são políticos. E, com certa hipocrisia, tem sido comum o uso de uma pretensa distância da política ser proclamada como grande qualidade. Fraude, ignorância e certa arrogância.

Não existe democracia sem políticos. E a democracia tem se enfraquecido em muitos países, como no nosso, pelo distanciamento de suas elites empresariais e intelectuais da vida pública. Esta atitude abriu espaço para aventureiros, fariseus, que exploram a fé, a desilusão popular com tanto abandono do espírito público que marcou as gerações anteriores. Por outro lado, criticam o Judiciário

por uma suposta postura política, que, na verdade, se dá pela omissão do Poder Legislativo, que fica na baixa política e não legisla para tirar o país da dependência dos tribunais.

Grandes nomes do Supremo Tribunal na República foram políticos com presença no Legislativo. Assim como Rui Barbosa e Epitácio Pessoa, os deputados marcantes como Aduino Lúcio Cardoso, Bilac Pinto, Oscar Corrêa, Aliomar Baleeiro, Nelson Jobim, Hermes Lima e Paulo Brossard. Notáveis juristas, advogados, tiveram passagem pelas urnas, como Bernardo Cabral, o relator da Constituição de 88, o professor Cotrim Neto e San Tiago Dantas, entre outros.

Todos ilibados e sem confundir o compromisso com a lei com opções políticas ou ideológicas.

A crise que vivemos pela falta de harmonia entre poderes tem parcela de culpa no Legislativo e na sociedade, que não cobra o exercício do dever constitucional de legislar, que poderia definir muitas das questões que o Supremo Tribunal acabou por ocupar por causa do vazio da omissão dos políticos. O Supremo Tribunal não precisava passar de interpretar a lei, função que lhe cabe, para criar leis. E o Executivo não poderia confrontar – e insultar – magistrados, nem promover aliança tática unindo dois poderes contra um, quando deveria

ser independente.

Trazer de volta as chamadas forças vivas da nação, empresários, profissionais liberais, intelectuais, formadores de opinião que não sejam radicais, e sim alheios a este clima perverso de confronto que vivemos e compromete o futuro com ordem e progresso, é medida que se impõe. Afinal, todos terão muito a perder com o derretimento do país, que tem problemas que pedem soluções enquanto é tempo.

A mais é bom lembrar que político com mandato foi votado. Para os parlamentares serem melhores os eleitores precisam ser criteriosos.

Novos tempos, novos atores!

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: JUNTA MILITAR ASSUME O PODER NO BRASIL

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de outubro de 1930 foram: Triunfa a Revolução!

HÁ 75 ANOS: COMUNISTAS VOTARAM EM VARGAS PARA PRESIDENTE

As principais notícias do Correio da Manhã em 24 de outubro de 1950 foram: Urnas revelam traições no PSD contra Machado para eleger Vargas, que também recebeu grande

Washington Luiz é intimado a deixar o poder pelos generais de Terra e Mar. Mena Barreto e Juarez Távora

assumem o Brasil provisoriamente. População carioca vai às ruas celebrar a renúncia do presidente.

apoio dos comunistas. Em nova parcial, o senador gaúcho chega aos 3,5 milhões de votos e Eduardo Gomes está com 2,1 milhões; Cristiano Machado tem 1,5 milhão de votos. Lei

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)

Paulo Bittencourt (1929-1963)

Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)

patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)

redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-202

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.